

01/16

Contrato de Aquisição de Serviços Para Realização do festival Celtico - Galaico

No dia dez, do mês de fevereiro, do ano de Dois mil e dezasseis, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga**, cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018;

SEGUNDO:

Passado Vivo, Lda., com sede na Rua Silva Porto, n.º2, 7º dtº, 2900-098 Setúbal, endereço electrónico *info@passadovivo.com* e telefone n.º 917611030, NIF 507 941 446, da conservatória do Registo Comercial de Setúbal, neste acto legalmente representada por **Alexandre Gonçalo de Sánchez Marroquin Cabrita Pereira**, cartão de cidadão n.º 10361112 6ZY2, válido até 09/01/2019, residente na Rua Álvaro Luz, n.º13, Setúbal qualificação e poderes verificada pela certidão conforme consulta efetuada no sítio da internet *https://portaldaempresa.pt*.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços Para Realização do festival Celtico - Galaico, precedido de Ajuste Direto e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 01 de fevereiro de 2016, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 21 de janeiro de 2016, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O serviço será executado no prazo de 3,5 meses, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Trinta e três mil e oitocentos euros (33.800,00 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros

e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/02022004, Ação n.º 16A012, conforme Cabimento n.º 144, Compromisso n.º 243 e Requisição Externa de Despesa n.º 88.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 21 de janeiro de 2016.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.


O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:


1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Setúbal em 03 de fevereiro de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 03 de fevereiro de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal do gerente da firma;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,





VAT PT 507941446
Passado Vivo, Lda